

# Por que parar o Acordo Mercosul-União Europeia?

## Razões pela qual a Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA apoia o Governo Lula pela reabertura das negociações com participação social

A Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA<sup>1</sup> foi formada em setembro/2020 com o objetivo de retomar o processo de formação da sociedade civil brasileira para atuar na agenda de comércio exterior, além de incidir, nacional e internacionalmente, na resistência aos Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA no marco do governo anterior. Atualmente, é composta por mais de 200 entidades da sociedade civil organizada, redes, organizações e movimentos sociais do campo ecumênico, sindical, ambientalista e climático, da luta indígena e quilombola, do movimento feminista e de mulheres, e pela defesa da reforma agrária e soberania alimentar.

Há muitos anos a sociedade civil brasileira constrói processos de resistência social contra os acordos de liberalização comercial. Nos anos 2000, a luta contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) resultou na rejeição do acordo, considerado deletério tanto no que diz respeito ao desenvolvimento nacional quanto para o cotidiano da vida de cidadãos e cidadãs brasileiros. Naquele momento, nós já tínhamos apontado para as trocas comerciais e ecológicas desiguais propostas nos termos da ALCA, algo que se repete agora com o caso do Acordo Mercosul-UE; ao mesmo tempo em que já defendíamos a necessidade de criação de um sistema de governança e participação social transparentes e inclusivos para o caso dos acordos internacionais envolvendo o Brasil.

Nos últimos anos testemunhamos o crescimento do neoliberalismo e autoritarismo tanto na região como no Brasil, atentando em contra às conquistas no âmbito socioambiental e no processo de integração regional. E o novo contexto político que emerge atualmente na América Latina exige de nós coragem para reconstruir o

Brasil sob novas bases, mais atentas ao meio ambiente e às demandas dos povos historicamente oprimidos e dos setores sociais mais esquecidos, das periferias das cidades ao povo do campo, das florestas e das águas. É, enfim, nossa compreensão que vivemos um período de transição epocal, o que aumenta nossos desafios, mas igualmente nossas responsabilidades.

Falar dos Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA nesse contexto exige reconvocar uma ética da responsabilidade para a mesa de negociação. Desde 2016, vivemos momentos de enorme retrocesso democrático no país. O fechamento de espaços de participação afastaram a sociedade civil da política institucional e exigiu criatividade para manter-se informada das discussões no âmbito da política externa brasileira. O monitoramento dessa política pública, que nunca foi fácil - dadas as dificuldades de custo, idioma, tecnicidade e também de acesso à informação - tornou-se ainda mais difícil.

Refletindo este contexto, o encerramento das negociações no âmbito do Acordo Mercosul-UE ocorreram em sigilo, a portas fechadas, resultando em um desconhecimento, ainda hoje, do texto final completo e traduzido desse acordo. Por isso, compreendemos que uma nova etapa de discussões, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e de um Itamaraty conectado com o seu tempo, exigirá a reabertura do diálogo com a sociedade civil.

É, pois, com vistas à construção desse diálogo político, que trazemos aos Ministérios do novo Governo Lula e para um renovado Congresso Nacional, as seguintes preocupações e razões que nos levam a apoiar um processo de revisita do modelo e conteúdo do Acordo Mercosul-UE que permita ampla participação social:

### Organização



FRENTE BRASILEIRA  
CONTRA OS ACORDOS  
MERCOSUL-UE  
E MERCOSUL-EFTA



### Apoio





# Por que parar o Acordo Mercosul-União Europeia?

## 10 Razões que preocupam a sociedade civil Brasileira

**1** Em julho de 2019, no governo de **Jair Bolsonaro**, o **Acordo Mercosul – UE foi fechado, depois de 20 anos de negociações sem transparência** e nenhuma participação da sociedade civil brasileira. Desde então, foram as preocupações da sociedade civil e parlamentos de ambos os lados do Atlântico com as consequências ambientais e para os direitos humanos que frearam sua ratificação. Com a guerra entre Rússia e Ucrânia, o cenário geopolítico internacional se alterou, principalmente no que se refere à demanda por energias renováveis, grãos e matérias primas, gerando maior pressão para a implementação do Acordo, todavia sem resolução destas questões.

**2** Recentemente a União Europeia aprovou uma regulação que proíbe a comercialização de commodities produzidas com base no desmatamento. Porém, tem também grande necessidade de suprimento de minérios da América Latina para realizar sua transição energética. Para pôr fim a controvérsias sobre o Acordo no campo ambiental, a Comissão Europeia elabora um **protocolo adicional climático protecionista**, que transfere para o Mercosul a responsabilidade em suprir sua demanda crescente por *commodities* com uma produção em larga escala que seja sustentável. Já as práticas europeias que sustentam o modelo do agronegócio, como a produção de agrotóxicos perigosos e o pesado investimento nas logísticas de exportação, não são contabilizadas para o clima.

**3** Além do pesado lobby Europeu que se intensificou sobre os governos do Mercosul nesse início de ano, a Comissão Europeia considera ainda uma proposta de **separação do pilar comercial** do Acordo dos outros dois pilares, de diálogo político e de cooperação, **o que significaria acelerar sua implementação sem a necessidade de ratificação pelos parlamentos nacionais**. Consideramos que isso seria uma violação dos direitos democráticos, pois a aprovação pelos parlamentos nacionais é crucial para proteger agricultores/as, trabalhadores/as, consumidores/as e a todos os cidadãos.<sup>2</sup>

**4** Os **maiores beneficiados pelo Acordo serão as empresas transnacionais** interessadas na importação de matérias primas baratas, exportação de manufaturados, na privatização de serviços, na abertura do setor de compras governamentais<sup>3</sup>

e, assim, na ampliação de mercados para seus produtos, entre os quais das indústrias farmacêutica, automobilística, de logística e de alimentos processados<sup>4</sup>. Por outro lado, as pequenas e médias empresas e produtores rurais do Mercosul devem ser negativamente afetadas<sup>5</sup>.

**5** Ao **trocar commodities agrícolas e minerais por produtos industrializados e tecnológicos de maior valor agregado**, o Acordo estimulará o **desemprego, o aprofundamento da desindustrialização, a reprimarização da economia<sup>6</sup>, a evasão de divisas e a sonegação de impostos**. Ademais, reforçará a competitividade perversa, em que os potenciais ganhos obtidos pelo setor agroextrativista implicarão em destruição ambiental, ataques aos direitos dos trabalhadores/as, além de concentrar a produção em setores intensivos em energia e água<sup>7,8</sup>.

**6** Do **ponto de vista ambiental e climático**, o Acordo contribuirá para o aumento das emissões de gases do efeito estufa e para a devastação do conjunto dos biomas e regiões brasileiras biodiversas<sup>9</sup>. O Acordo pressiona a política nacional para induzir o adensamento da malha logística de exportação a partir da região Norte do país, além de estimular a expansão da fronteira agrícola, com o aumento das áreas de cultivo para produção de carne, etanol da cana-de-açúcar e soja, alguns dos principais vetores de desmatamento e queimadas que vêm **impactando os compromissos climáticos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e as Metas de Aichi sobre proteção da biodiversidade**.

**7** O Acordo incentiva a **expansão do modelo biotecnológico agrícola baseado no uso extensivo de agrotóxicos**. Esses produtos afetam diretamente a saúde dos trabalhadores rurais, assim como a soberania alimentar e segurança nutricional da população do campo e da cidade. O caso do Brasil é emblemático, pois nunca foram aprovados tantos agrotóxicos e ingredientes ativos como nos últimos quatro anos. Muitos desses são proibidos na Europa<sup>10</sup>.

**8** Na área de **compras governamentais**, o Acordo prevê que pequenas e médias empresas locais devem competir em pé de igualdade com as multinacionais europeias, o que **significará restringir a possibilidade de promover o emprego e desenvolvimento local por meio de políticas**





**públicas.** O Acordo apresenta impacto negativo para políticas fundamentais ao objetivo primeiro do governo eleito de combater a fome, já que fragiliza a agricultura familiar e camponesa ao restringir a autonomia estatal em promover iniciativas tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) as que nos tiraram do mapa da fome no passado.

**9** O Acordo **favorece legislações que fortalecem os setores envolvidos com o comércio internacional, como o agronegócio brasileiro, e protegem investidores internacionais, como bancos e multinacionais.** Com isto, saem enfraquecidos todos aqueles que são prejudicados por estes setores, enquanto as dívidas socioambientais, incrementadas após anos de destruição da natureza e dos instrumentos de proteção do Estado, tornam-se oportunidade de especulação e barganha comercial, financiada em geral com fundos públicos.

**10** Diante da prioridade da **agenda da integração regional** no governo Lula, que teve como seu primeiro compromisso internacional a cúpula da CELAC e as visitas aos países vizinhos membros do Mercosul já em Janeiro, vemos como chave o enfrentamento com diplomacia das tensões dentro do bloco, focando na sua prioridade estratégica para a integração da região e para a (re)inserção internacional brasileira. Nesse sentido apoiamos o fortalecimento do Mercosul, assim como de espaços como a CELAC Social, para uma integração estrutural, social e ambiental, pautada nos interesses dos povos e dos países latinoamericanos.

Finalmente, como o Acordo Mercosul-UE encontra-se ainda pendente de ratificação pelos países membros de cada bloco para entrar em vigor, nesta oportunidade de parar e rediscutir os rumos da política comercial brasileira, apoiamos o governo de Luiz Inácio Lula da Silva no seu compromisso de reabrir as negociações, com a participação ampla da sociedade civil e com a priorização da contribuição dos espaços e processos de integração regional que celebram a volta do Brasil para a América Latina. Esperamos que nessa reconstrução sejam colocados o interesse público, os direitos humanos, o bem comum e o desenvolvimento dos povos do Brasil e dos demais países do Mercosul, acima do lucro, para que se possam construir com outros países e regiões relações internacionais, inclusive comerciais, que sejam baseadas nos princípios da democracia, da solidariedade, da igualdade, da cooperação e da sustentabilidade”.

Brasília/DF, 6 e 7 de Fevereiro de 2023  
**Frente Brasileira Contra os Acordos  
Mercosul-UE e Mercosul-EFTA**  
frentecontrauercosul@gmail.com

Notas:

<sup>2</sup> 209 organizações da sociedade civil dizem: os acordos comerciais da União Europeia (UE), entre eles o Mercosul-UE, não podem minar os direitos democráticos! Disponível em: <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/category/defensoras-e-defensores-dos-territorios/>

<sup>3</sup> Ver investigação “Analysis of the agreement between the European Union and the Mercosur”. Disponível em: <https://www.annacavazzini.eu/wp-content/uploads/2020/01/Study-on-the-EU-Mercosur-agreement-09.01.2020-1.pdf>

<sup>4</sup> Acordo entre União Europeia e Mercosul: um tratado ‘neocolonial’. Disponível em: <https://ojoio-eotrigo.com.br/2021/05/acordo-entre-uniao-europeia-e-mercosul-um-tratado-neocolonial/>

<sup>5</sup> Ver o estudo “Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the European Union and Mercosur”. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ct3NNGGZhA-3hT6CAoOgBSBITwmWf4Y2y/view>

<sup>6</sup> Ver estudo “Trading Away Industrialization? Context and prospects of the EU-Mercosur agreement”. Disponível em: [https://www.bu.edu/gdp/files/2021/06/GEGI\\_WP\\_052\\_FIN.pdf](https://www.bu.edu/gdp/files/2021/06/GEGI_WP_052_FIN.pdf)

<sup>7</sup> Ver 46 Caderno de Resoluções 13o CONCUR sobre o Acordo UE-Mercosul (pág 44-46)

<sup>8</sup> Ver o estudo “Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the European Union and Mercosur”. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ct3NNGGZhA-3hT6CAoOgBSBITwmWf4Y2y/view>

<sup>9</sup> Ver o estudo “Eu-Mercosur trade deal will intensify the climate crisis from agriculture”. Disponível em: <https://grain.org/en/article/6355-eu-mercosur-trade-deal-will-intensify-the-climate-crisis-from-agriculture>

<sup>10</sup> Ver estudo: *COMÉRCIO TÓXICO - A ofensiva do lobby dos agrotóxicos da União Europeia no Brasil.* Disponível em: <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Pesticide-report-POR-V1.pdf>

<sup>11</sup> Ver declaração: *Solidariedade, Igualdade, Cooperação e Comércio Sustentável: uma alternativa ao Acordo Comercial UE-Mercosul.* Disponível em: <http://s2bnetwork.org/solidariedade-igualdade-cooperacao-e-comercio-sustentavel-uma-alternativa-ao-acordo-comercial-ue-mercosul/>

